



1.16 • Conjuntura Internacional

2016: o ano da debacle brasileira

O ANO 2016 FOI verdadeiramente catastrófico para a política e para a sociedade brasileiras. À escala universal, foi possível constatar o que há muito se suspeitava: a classe política do país construiu ao longo dos anos uma teia de relações promíscuas e corruptas com interesses privados. Os números são esmagadores. Segundo a ONG Transparência Brasil, 58,7% dos deputados e 59,3% dos senadores são citados em processos judiciais (incluindo no Tribunal de Contas).

Enquanto decorriam as investigações centradas em processos de corrupção que afectam as maiores empresas públicas e privadas brasileiras, foi desencadeado um processo de destituição da Presidente da República que espelhou de forma clara a ausência de maturidade do regime democrático brasileiro.

Constitucionalmente, o regime brasileiro é presidencialista, não havendo uma dependência do Governo (no caso, do Presidente) em relação ao Parlamento. Não existindo este vínculo, não poderá existir a moção de censura, uma ferramenta típica dos sistemas parlamentaristas ou semipresidencialistas, que permite a queda de um Governo por avaliação exclusivamente política.

O encadeamento de factos que levaram à destituição de Dilma Rousseff é ilustrativo da ausência de um vínculo efectivo entre a eventual prática de um “crime de responsabilidade” e a queda da Presidente e do seu Governo.

1. O processo foi aberto pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no momento em que os representantes do Partido dos Trabalhadores (partido da Presidente), na Comissão de Ética, viabilizaram o processo de cassação do seu mandato. Em Dezembro de 2015, Cunha admitira em declarações públicas que poderia utilizar o denominado *impeachment* como meio de retaliação.

2. A tomada de decisão dos deputados, na abertura do processo contra Rousseff, teve pouco que ver com as “pedaladas fiscais”, crime que alegadamente cometera. A prová-lo estão as alegações dos deputados no momento da votação, a 16 de Abril. Ao votar, a esmagadora maioria fez declarações políticas relativas ao estado do país e da governação não se centrando na alegada prática de crime que conduzira àquela votação.

3. Michel Temer, quando assumiu interinamente a função presidencial, nomeou imediatamente um novo executivo e procedeu a alterações profundas nas políticas do Governo. Houve uma ruptura clara com a linha até aí seguida por Dilma Rousseff. A prudência ditaria que, perante a natural incerteza do resultado final de um julgamento, ao Presidente interino coubesse tão só liderar um Governo de gestão enquanto o processo não estivesse encerrado.

4. Já depois de assumir na plenitude a função presidencial, em Setembro de 2016, o mesmo Temer admitiu explicitamente que, caso a Presidente tivesse alterado o rumo do Governo, não teria sido destituída.

Crise estrutural

Perante este quadro, torna-se obrigatório questionar se todo o caos vivido pelo Brasil é um mero produto de uma conjugação de factores políticos, económicos e sociais conjuntamente desfavoráveis ou se existem, de facto, problemas estruturais no país que potenciam a crise e dificultam a sua resolução. Tudo indica que as dificuldades vão muito além dos acontecimentos que estão a ser vividos. Existem três aspectos, interligados entre si, que condicionam dramaticamente a vida pública no Brasil. Por ordem crescente de importância são os Sistemas eleitoral, de partidos e político.

Sistema eleitoral

O cidadão, tendencialmente, não centra as suas preocupações no sistema eleitoral do respectivo país. Em Portugal, por exemplo, o sistema eleitoral é abordado sobretudo em períodos de revisão constitucional ou quando um partido político, para afirmar-se, apresenta propostas de revisão do método de eleição dos deputados.

“
A adaptação destes partidos à democracia e a sua coexistência com antigos partidos ilegais, vindos do exílio e da clandestinidade, conferiu ao sistema brasileiro um recorte estranho.”

A quase totalidade destes projectos está votada ao fracasso, em função da exigência de maiorias qualificadas para este tipo de alterações legislativas. Passados mais de quarenta anos sobre as primeiras eleições, os portugueses continuam a eleger os deputados à Assembleia da República da mesma forma que o fizeram aquando das eleições para a Assembleia Constituinte (como o nome indica, prévia à própria Constituição de 1976).

O primeiro grande problema no Brasil reside, assim, na forma como a Câmara dos Deputados é eleita, num sistema que apresenta contradições evidentes. O método de eleição dos deputados é proporcional, porém os eleitores não são chamados a pronunciar-se sobre partidos, mas sim sobre candidatos vinculados a partidos. As listas plurino-

Filipe Vasconcelos Romão

minais existem, mas os deputados que cada lista irá eleger dependem do somatório dos votos nos indivíduos de cada partido.

Assim, um deputado com um número ínfimo de votos pode ser eleito se os candidatos (ou um candidato) que o acompanham na lista do seu partido tiverem obtido resultados mais expressivos. Esta é a razão que conduz à valorização de fenómenos *populares* como os do “Palhaço Tiririca” e de outras figuras folclóricas: servem para arregimentar votos que não servem apenas para a sua eleição individual, mas também para permitir a entrada de outros companheiros de partido no Câmara dos Deputados. Outro aspecto importante é a proporcionalidade directa na seriação dos deputados eleitos.

Ao contrário do que ocorre em Portugal, não se aplica o Método de Hondt que, em regra, beneficia os partidos ou coligações pré-eleitorais mais votados, favorecendo maiorias.

Sistema de partidos

O sistema de partidos brasileiro é uma consequência do sistema eleitoral, da dimensão do país e de um histórico democrático conturbado. O sistema eleitoral, como mencionado acima, propicia a multiplicação de partidos com representação parlamentar.

O facto de os votos arregimentados por estas figuras *populares* servir para eleger os candidatos que o acompanham na lista propicia uma “caça a talentos” que pode impulsionar a posição dos partidos políticos na Câmara.

Deve ainda acrescentar-se a este contexto a própria dimensão do Brasil, país com cerca de 145 milhões de eleitores e com uma estrutura federal com vinte e seis estados, que em muito contribuem para a enorme diversidade social e que potenciam grandemente a multiplicação de partidos.

Sistema político

Observando a lista dos partidos com assento na Câmara dos Deputados e o número de representantes de cada um, podemos compreender melhor a enorme dificuldade que cada Presidente tem na formação da sua ‘base parlamentar’. Como em qualquer sistema presidencialista, apesar de o executivo manter uma relação directa com o eleitor, através da eleição do Presidente, precisa sempre de apoio parlamentar para implementar o seu programa de Governo através de legislação.

Deve ainda ser tido em conta que a base ideológica dos partidos brasileiros é muito limitada, salvaguardando-se a excepção do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ou do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Por essa razão, é possível identificar nas sucessivas bases governamentais de

Nome do Partido / Bloco	Sigla	Bancada
Bloco Parlamentar PP, PTB, PSC	Bloco PP, PTB, PSC	74
Bloco Parlamentar PMDB, PEN	Bloco PMDB, PEN	70
Partido dos Trabalhadores	PT	58
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB	48
Partido da República	PR	42
Partido Social Democrático	PSD	36
Partido Socialista Brasileiro	PSB	31
Democratas	DEM	28
Partido Republicano Brasileiro	PRB	22
Partido Democrático Trabalhista	PDT	19
Bloco Parlamentar PTN, PTdoB, PSL	Bloco PTN, PTdoB, PSL	19
Solidariedade	SD	14
Partido Comunista do Brasil	PCdoB	11
Partido Popular Socialista	PPS	8
Partido Humanista da Solidariedade	PHS	7
Partido Republicano da Ordem Social	PROS	7
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL	6
Partido Verde	PV	6
Rede Sustentabilidade	REDE	4
Partido da Mulher Brasileira	PMB	1
Partido Republicano Progressista	PRP	1
Total		512

Fonte: Câmara dos Deputados, disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-atual>.

Lula da Silva e de Dilma Rousseff ministros e deputados teoricamente de direita, como os do Partido Social Cristão (extrema-direita) ou do Partido da República.

A inexistência de uma base ideológica forte nos partidos brasileiros é o que conduz a dois aspectos que potenciam ainda mais o fracasso do sistema: a fragilidade da militância política (um político brasileiro passa, com normalidade, por vários partidos ao longo da sua vida activa) e a emergência de bancadas informais na Câmara dos Deputados e no Senado.

Tendo em conta que os partidos não conseguem impor disciplina de voto e que não têm capacidade de aglutinação dos seus membros, os deputados e senadores procuram afinidades no interior das instituições, o que propicia o aparecimento das denominadas 'bancadas evangélicas' (que agrupa deputados e senadores de vários partidos praticantes de confissões evangélicas) ou a 'bancada do agronegócio' (que agrupa deputados e senadores de vários partidos conhecidos pela defesa que fazem dos interesses das grandes indústrias agrárias brasileiras).

Mensalão

O sistema político brasileiro consegue, no entanto, ter uma face ainda mais obscura do que a emergência de bancadas parlamentares alternativas e sem qualquer relação com o voto dos cidadãos: a compra ilegal de votos para fazer passar diplomas fundamentais à governação.

Esta prática parece ter existido durante todo o actual período democrático brasileiro (que tem início formal em 1985). Porém, tornou-se menos discreta durante as presidências de Lula da Silva. Não pelo facto de o PT ter práticas menos honestas do que os outros partidos, mas por ter gerado expectativas em relação à ruptura do sistema e pelo seu histórico papel de paladino da regeneração democrática do país.

O percurso e o discurso faziam do PT algo de diferente no contexto da cinzenta transição e consolidação democrática brasileira. Durante a ditadura militar (1964-1984), havia uma oposição consentida (Movimento Democrático Brasileiro) e um partido de Governo (ARENA).

A adaptação destes partidos à democracia e a sua coexistência com antigos partidos ilegais, vindos do exílio e da clandestinidade, conferiu ao sistema brasileiro um recorte estranho, com fusões e cisões mais ou menos incoerentes, que potenciaram o já mencionado vácuo ideológico.

O PT era diferente: surgiu em plena ditadura (1980) e não respondia a alinhamentos internacionais ou a cumplicidades internas. Durante a implantação da democracia, era uma espécie de voz da consciência, capaz de denunciar os compatriotas do sistema e as ligações entre as práticas corruptas da ditadura e as do novo regime democrático.

Luís Inácio Lula da Silva, líder histórico do PT, foi derrotado três vezes em presidenciais (1989, 1994 e 1998). O Lula que chega a Presidente, em 2002, é um líder diferente, capaz de fazer uma síntese entre a economia de mercado e a necessidade de combater as gritantes desigualdades materiais da sociedade. O novo Presidente também conhece bem o sistema político em que lhe cabe actuar. Sabe que sem cedências o Brasil se torna ingovernável e tem conhecimento de como se processam essas cedências.

Conforme já foi referido, para conseguir fazer aprovar leis, é necessário desenvolver uma estratégia intensiva de negociações não compatível com alinhamentos ideológicos, sobretudo num país de partidos não ideológicos. E Lula, directa ou indirectamente, teve de alinhar com as regras do jogo, sob o risco de ver toda a sua acção governativa paralisada.

Assim se explica a forma como o capital político do PT sofreu um rombo com o denominado es-

cândalo do Mensalão, um esquema de financiamento paralelo e ilegal de deputados e senadores dispostos a votar favoravelmente as iniciativas do Governo denunciado em 2006.

José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil de Lula da Silva, foi a face visível de um procedimento não inédito no tempo e no espaço: anteriores Presidentes praticaram-no, tal como governadores estaduais e prefeitos. Dirceu acabou condenado a dez anos de prisão e foi, posteriormente, envolvido em outros processos judiciais, incluindo a Operação Lava Jato.

Lula nunca foi directamente envolvido, ganhou a reeleição no próprio ano 2006 e deixou o poder, em 2010, com elevados índices de popularidade. Ironicamente, não há registo desta prática durante os mandatos de Rousseff.

Conclusão/Desilusão

O destino do Brasil não augura nada de bom. A reforma estrutural do sistema político (lei eleitoral, lei de partidos, relação entre os poderes legislativo e executivo) está totalmente dependente dos próprios agentes políticos que beneficiam com o quadro existente.

O afastamento de Dilma Rousseff não teve qualquer relação com crimes por si (não) cometidos, nem com a degradação da política ou da economia brasileiras. Passou por uma recomposição social do poder, que começava a escapar às *élites* tradicionais. A prova está o envolvimento de ministros, deputados e senadores do novo Governo nos mesmos escândalos que, teoricamente, derrubaram o anterior. Não obstante, a queda do PT é sinónimo da queda da única formação política 'diferente' que conseguiu chegar ao poder.

O pós-destituição demonstra que os partidos ligados às 'élites tradicionais', sob novas denominações ou coligações, voltaram a exercer o poder e começaram a desmontar uma série de reformas políticas e sociais desenvolvidas nos anos de Lula e Rousseff.

No entanto, o potencial de desilusão da opinião pública é elevado. A impopularidade de Dilma não é sinónimo de popularidade de Temer. Há uma rejeição generalizada dos políticos, que já não tem no voto no PT uma válvula de escape.

E é neste quadro que cresce a adesão do eleitorado às ditas 'afinidades alternativas', que se sobrepõem à ideologia, como pôde ser visto com a eleição de Marcelo Crivella como prefeito do Rio de Janeiro.

A notoriedade de Crivella advém muito mais do seu exercício como bispo da controversa Igreja Universal do Reino de Deus do que como membro do Partido Republicano Brasileiro. E, em menos de dois anos, haverá eleição presidencial... ■

Nota

Este artigo desenvolve dois textos publicados em 2016 no Diário Económico e no site www.rtp.pt